

Em comemoração aos 65 anos de Brasília, do Correio Braziliense e do Instituto Histórico e Geográfico do DF, pesquisadores detalham as ideias e projetos que culminaram na construção do novo centro dos Três Poderes no país

Arquivo cedido ao Correio



Sem a nova capital, a nossa Paris à beira-mar

» JORGE HENRIQUE CARTAXO
» LENORA BARBO
Especial para o **Correio**

La *Ville merveilleuse*. Esse é o título do livro de poemas-homenagem ao Rio de Janeiro, publicado em 1913 em Paris, da poeta francesa Jane Catulle-Mendès. Neta de Victor Hugo, Jane tinha as páginas do mundo e a nobreza das letras, boas ou não. Entre outras virtudes, já viúva do também poeta Catulle Mendès, Jane cultivava seduções — não raro descritas com delicados detalhes pela imprensa francesa —, com colegas dos versos e das palavras como Anatole France, Pierre Loti e Gabrielle d'Annunzio.

Hóspede no Palacete de Laurinda Santos Lôbo, em Santa Teresa, Jane esteve no Rio entre setembro e novembro de 1911. A música, as praias, as pequenas montanhas e alguns braços e lábios nativos, convenceram a nossa inquieta visitante francesa dos encantos da nossa capital de então, que ela ofereceu ao mundo em versos e lembranças criando o seu mais famoso epíteto: Cidade Maravilhosa. É bem verdade que a expressão “Cidade Maravilhosa” já era cantarelada nos versos de uma marchinha de carnaval de 1904. Coelho Neto, também, já havia usado o conceito carnavalesco em uma de suas crônicas publicadas no jornal *A Notícia*, em 1908. Mas não veio seguida de versos, não era em francês, o nosso cronista não morava em Paris — aquela outra cidade maravilhosa — e menos ainda era neto de Victor Hugo.

Particularidades à parte! Joaquim Murtinho, prócer da República, havia sido ministro da Indústria, da Viação e Obras Públicas do governo de Prudente de Moraes; e das Finanças, no governo de Campos Salles. Antes da posse de Salles, Murtinho o acompanhou a Londres onde negociaram, com os Rothschild, o bilionário empréstimo que reorganizou as finanças do país, em decomposição acelerada desde o início da República e o “encilhamento” de Rui Barbosa.

Joaquim Murtinho, engenheiro e médico, introdutor da homeopatia no Brasil, havia cuidado da saúde da princesa Isabel, do marechal Deodoro, de Campo Salles e de Prudente de Moraes. Entre festejadas curas milagrosas e algumas funções públicas, adquiriu frondosos latifúndios em Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás e no estado do Rio de Janeiro — neste, por algum acaso topográfico, ele fez construir, enquanto ministro, nas margens das suas terras, providenciais estradas de ferro. Reza a lenda que, após o acordo com os Rothschild, em Londres, ele e o Brasil ficaram mais ricos e prósperos.

Laurinda Santos Lôbo, sobrinha de Joaquim Murtinho, por esses mistérios do destino, herdou do tio, falecido em 1911 aos 63 anos, 78 cachorros, a fortuna e o famoso Palacete Murtinho — que ela rebatizou como Palacete Santos Lôbo —, em Santa Tereza, de onde o olhar poetisa e contempla a Baía da Guanabara. Aos 33 anos, não exatamente bonita, mas extraordinariamente sedutora, cuidou de ser o “novo” Rio de Janeiro, mesmo com seus ranços e cacoetes do Império já quase esquecido. Redirecionou o seu apático marido, Hermenegildo Santos Lôbo, para algum espaço da casa e fez e refez os seus e os encantos do Palácio, incluindo seu elegante e discreto romance com Estácio Coimbra, então governador de Pernambuco e futuro vice-presidente da República.

Diretora informal da programação do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, cuja obra ela acompanhou e, em grande parte coordenou, desde 1905 até a sua inauguração em 1909, fez dos seus salões em Santa Teresa uma extensão dos grandes espetáculos. O pianista Arthur Rubinstein,

“O Rio insalubre, epidêmico, monárquico, colonial, impróprio para ser a sede do governo, transformava-se numa cidade moderna, contemporânea, europeizada. Claro, jamais conseguiu esconder ou aplacar o que sempre tivemos de injusto e cruel!”

os tenores Enrico Caruso, Tito Schipa, Giacomo Lauri-Volpi e Beniamino Gilgli; o compositor e maestro Richard Strauss, a soprano Claudia Muzzo; as artistas brasileiras consagradas no exterior, como a pianista Magdalena Tagliaferro e as sopranos Vera Janacópulos e Bidú Sayão. Todos se apresentaram nos salões de Laurinda.

Da prata da casa, eram habitués João do Rio, Villa-Lobos, Graça Aranha, Afrânio Peixoto entre tantos outros. “A marechala da elegância, a princesa dos mil vestidos”, Laurinda representava a estética e o estilo da grande reforma urbana de Pereira Passos (1902-1906) — inspirada na mesma reforma urbana de Paris (1852-1870), realizada pelo barão Haussmann — e a grande campanha sanitária conduzida por Oswaldo Cruz. Para ela, Paris, onde tinha um apartamento na Place de La Madeleine, estava logo ali, depois da praia que abraçava a nova Avenida Beira-Mar, onde os mares gelados da França, acompanhando a brisa, vinham se aquecer em Copacabana. E Buenos Aires, onde tinha amigos, um pouquinho depois, não muito longe, da promissora Praia de Ipanema. Laurinda era a maravilhosa, como a Cidade Maravilhosa da sua amiga Jane Catulle-Mendès.

Na sua mensagem ao Congresso Nacional, de maio de 1896, o então presidente Prudente de Moraes, inicia um longo período de esquecimento do Estado em relação a nova capital. “Os serviços da comissão incumbida de escolher o local para a futura capital da União, na área, já demarcada, no planalto central da República, segundo o disposto no Art. 3 da Constituição, não puderam ter grande desenvolvimento no ano findo pela deficiência da verba votada, o que determinou a suspensão dos trabalhos de campos nos últimos meses do exercício... Foi dispensado o pessoal civil da comissão, continuando os militares com os de escritório, sem outra remuneração além das de suas patentes”. Na mensagem de 3 maio de 1897, Prudente de Moraes, arguindo falta de verba, sentenciou: “... Foi extinta a Comissão de estudos da nova capital”.

O advogado e cafeicultor paulista, Campos Salles, assumiu a presidência da República em 15 de novembro de 1898. Era o quarto presidente republicano e o segundo eleito pelo voto direto. A economia do país estava insolvente. Sem alternativa, mesmo antes de assumir, Salles negociou, com os Rothschild, a moratória e um novo empréstimo de 10 milhões de libras. Seu governo transcorreria sob uma austeridade e impopular política fiscal. Para impor tamanha restrição e conter suas consequências, Campos Salles elaborou sua famosa Política dos Estados — conhecida como a Política dos Governadores. As grandes oligarquias, com domínios e autoridade absoluta sobre todos os Poderes locais, controlavam os governos estaduais. Em contrapartida, ofereciam

a maioria ao governo federal no Congresso fraudando as eleições e impedindo a posse de parlamentares da oposição por intermédio da famosa Comissão de Poderes da Câmara dos Deputados.

“A melhor educação é a que entra pelos olhos. Bastou que, deste solo coberto de baiucas e taperas, surgissem alguns palácios, para que imediatamente nas almas mais incultas brotasse de súbito a fina flor do bom gosto: olhos, o que só haviam contemplado betesgas, compreenderam logo o que é a arquitetura...E [eu], intimamente, invejava a sorte dos que estão agora nascendo, dos que vão viver numa cidade radiante — quando eu, e os da minha geração, pela estupidez e pelo desleixo dos enfunados parlapatões que nos governaram, tivemos de viver numa imensa pocilga de dois mil quilômetros quadrados, como um bando de bácoros fuçando a imundície”. O texto do poeta Olavo Bilac, de 1904, publicado na *Gazeta de Notícias*, expressa bem o impacto das reformas empreendidas pelo prefeito do Rio, Pereira Passos (1902-1906) no governo de Rodrigues Alves (1902-1906).

O Rio insalubre, epidêmico, monárquico, colonial, impróprio para ser a sede do governo, transformava-se numa cidade moderna, contemporânea, europeizada. Claro, jamais conseguiu esconder ou aplacar o que sempre tivemos de injusto e cruel! Depois da extinção da Comissão Cruls pelo presidente Prudente de Moraes (1894-1898), da política fiscal austera do presidente Campos Salles (1898-1902) e seu pacto político com os governadores e das grandes reformas urbanas da cidade do Rio de Janeiro e da modernização do seu porto, empreendidas por Rodrigues Alves, a decisão constitucional da mudança da capital perdeu densidade. Ficou restrita a isolados debates e propostas no Parlamento e em algumas publicações, sem maiores repercussões ou interesses.

Até mesmo o engajado deputado, na Constituinte republicana, Lauro Muller, posteriormente poderoso ministro de Viação de Obras Públicas no governo Rodrigues Alves, tornou-se indiferente ao tema.

Depois da extinção da Comissão em 1897, o Planalto Central volta a ser tratado, em 1904, em artigos de Medeiros de Albuquerque, em *A Notícia*. Em dezembro de 1905, agora senador, Nogueira Paranaguá faz um longo discurso defendendo e historiando a ideia e a decisão constitucional da mudança da capital. Seu projeto em tramitação no Senado que solicita providências para a execução do Art. 3 da Constituição, sequer obtém parecer nas Comissões. Em 1908, o engenheiro A. Leyret, com Jacinto Pimentel e Teixeira Lopes Guimarães, requereu ao Congresso Nacional “o privilégio para a construção da Capital, mediante a concessão de determinados favores, como exploração por 90 anos, de luz, esgotos, água...etc.”

Em retribuição, os requerentes elaborariam o projeto urbano e edificariam os palácios e edifícios administrativos. Como os empresários não comprovassem possuir os recursos necessários, a proposta não prosperou. Em 1910, Antônio Martins de Azevedo Pimentel, ex-integrante da Comissão Cruls, publica a monografia *Histórico da mudança da capital federal para um sítio do interior do Brasil*, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No seu livro *Provocação e Debates*, de 1910, Sílvio Romero critica os gastos nos “afamados embelezamentos do Rio”. Aqueles valores, segundo ele, seriam suficientes para as edificações da nova capital no Planalto Central do Brasil. O deputado Eduardo Sócrates, na sessão do dia 6 de setembro de 1911, em pronunciamento na Câmara dos Deputados, pede providências para a mudança da capital. Só em 1917, com a publicação da revista *A Informação Goyana*, teremos o início de um novo ciclo de reflexões sobre a importância da nova capital no Planalto Central do Brasil.



Jorge Henrique Cartaxo é jornalista e diretor de Relações Institucionais do IHG-DF

Lenora Barbo é arquiteta e diretora do Centro de Documentação do IHG-DF